

Relatório das Visitas às Províncias no âmbito da Revisão Conjunta 2008

Tete e Zambézia – Novembro 2007

Governo de Moçambique

Parceiros de Apoio Programático – G19

Coordenação Damiano Stella – Cooperação Italiana

Maputo, 3 de Março de 2008

Índice

Índice	2
Sumário executivo	3
Introdução	5
Relatório da Visita à Província de Tete.	6
Introdução	6
1. Órgãos Locais Do Estado	6
1.1. Planificação	6
1.1.1. Processo de planificação	6
1.1.2. OIIL – Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais: utilização/planificação	
2006-2008, desafios	7
1.2. Execução e gestão do Orçamento	8
2. Autarquias	10
2.1. Planificação	11
2.2. Gestão e Execução do Orçamento	11
2.3. Dificuldades e potencialidades	12
2.4. Descentralização	13
3. Sector Privado e Sector Financeiro	13
Relatório da Visita à Província de Zambézia.	14
Introdução	14
1. Órgãos Locais Do Estado	14
1.1. Planificação	14
1.1.1. Processo de planificação	14
1.1.2. OIIL – Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais: utilização/planificação	
2006-2008, desafios	16
1.2. Execução e gestão do Orçamento	17
2. Autarquias	18
2.1. Planificação	18
2.2. Gestão e Execução do Orçamento	19
2.3. Dificuldades e potencialidades	19
3. Sector Privado e Sector Financeiro	19
Conclusões, desafios e recomendações.	20
Em relação aos distritos	20
Em relação aos municípios	23
Recomendações	23
Anexos	25

Sumário executivo

De forma a dar seguimento a implementação do PARPA, os doadores de apoio orçamental e os representantes do Governo decidiram levar a cabo visitas conjuntas a nível provincial e distrital.

Tete e Zambézia foram as duas províncias visitadas em preparação do processo da Revisão Conjunta 2008.

A visita à província de Tete, teve lugar entre os dias 4 e 9 de Novembro de 2007. Os distritos visitados foram Marávia, Chiúta, Angónia e Moatize, onde foram encontrados quer o órgão do Governo quer o Conselho e Assembleia Municipal, e depois Município de Tete (Conselho e Assembleia) e o distrito de Songo.

A visita à província da Zambézia, teve lugar entre os dias 18 e 23 de Novembro de 2007.

O grupo teve encontros com as administrações distritais dos 4 distritos da parte norte da Província (Ile, Gurué, Mocuba e Alto Molócuè), conselho consultivo do distrito, com o governo municipal e assembleias dos três municípios (Quelimane, Mocuba e Gurué) e Governo Provincial em Quelimane.

As missões conjuntas tinham como objectivo principal monitorar a implementação e progresso das reformas da gestão das finanças públicas e o impacto da execução orçamental a nível local.

Houve enfoque particular quer no processo de planificação e de gestão dos fundos OIIL quer no processo de execução do orçamento, olhando também para aspectos relativos a difusão do e-SISFAFE, aplicação da Lei do *Procurement*, processo de auditoria tanto a interna como a externa, recolha de receitas e funcionamento dos órgãos de participação e consulta comunitária (CCL)

Analogamente, nas autarquias houve enfoque no processo de orçamentação e execução da despesa municipal, na recolha e execução das receitas, nas relações entre Conselhos Municipais e Governos Locais.

Notou-se que os conselhos consultivos distritais estão presentes em todos os distritos. O processo de tomada de decisão parece mais transparente e inclusivo que no passado e a gestão dos fundos disponíveis está no bom caminho. A abordagem participativa está sendo bem vista pela população local, mas implica uma mudança importante na sua cultura, dado que estão habituados a respeitar as decisões tomadas pelo seu superior e não tomarem decisões por eles próprios.

Comparado com 2006, quando os fundos de investimento OIIL foram destinados principalmente para a construção/reabilitação dos edifícios das administrações públicas e/ou mercados, os recursos financeiros de 2007 foram afectados para actividades de geração de rendimento. Esta mudança é bem percebida pela comunidade local.

OIIL estão a ser fornecidos como empréstimos através de subvenções. Há uma necessidade urgente de pensar nas consequências de ter o governo a substituir ou a competir com instituições financeiras locais. É importante reflectir sobre os riscos de ter o governo a actuar como um banco de desenvolvimento.

Há necessidade de se pensar na capacitação dos intervenientes do processo de Planificação Participativa (CL's e ETD) em matéria de elaboração e Gestão de Projectos Comunitários.

Em Tete, relevaram-se problemas na distribuição de 20 % das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais para as comunidades locais: é necessário rever o processo de distribuição de receitas provenientes da exploração de recursos naturais (neste caso de recursos florestais) às comunidades locais.

É oportuno distribuir o guião detalhado para a utilização dos fundos (OIIL, fundos para as infra-estruturas dos distritos, etc.), com oportuna antecedência, de forma a permitir a planificação com conhecimento dos critérios. A distribuição do guião deve ser feita pelo menos antes do desembolso dos fundos. No passado os atrasos e as mudanças nos critérios de utilização foram causa de atrasos na execução.

Introdução

A Revisão conjunta constitui um momento impar de análise e percepção da vida socio-económica do país. As missões conjuntas entre o Governo e os parceiros de cooperação às Províncias e Distritos são de grande importância visto que permitem o contacto directo com a realidade e é uma oportunidade para a partilha de informações com as Instituições Públicas e Privadas locais sobre os aspectos ligados ao desenvolvimento local e ao apoio programático, de forma a alimentar o processo de definição de políticas e estratégias de desenvolvimento ao nível central.

De forma a dar seguimento a implementação do PARPA, os doadores de apoio orçamental e os representantes do governo decidiram levar a cabo visitas conjuntas a nível provincial e distrital.

Tete e Zambézia foram as duas províncias visitadas em preparação do processo da Revisão Conjunta 2008. No âmbito da cooperação entre Governo e os doadores do G19, Tete e Zambézia concluem uma série de visitas cobrindo todas as províncias do País (em 2005, Nampula e Niassa só PAPs, em 2006 foram efectuadas visitas conjuntas à Manica, Cabo Delgado e Sofala, no início de 2007 foi efectuada uma visita à Gaza). As missões conjuntas tinham como objecto principal a implementação e progresso das reformas da gestão das finanças públicas e o impacto da execução orçamental a nível local.

Cada missão era composta por um grupo que foi dividido em dois subgrupos. Cada subgrupo tinha representantes do governo e dos parceiros; por parte dos doadores integravam economistas responsáveis pelo apoio orçamental, especialistas do sector da gestão das finanças públicas e reforma do sector público. Da parte do Governo fizeram parte da missão, representantes do Ministério de Planificação e Desenvolvimento, Ministério das Finanças e Ministério da Administração Estatal.

No entanto, é necessário tomar-se em consideração que a mostra considerada pode não ser representativa da realidade, o que por si só representa uma limitação do alcance e das conclusões das missões resumidas no presente relatório.

Relatório da Visita à Província de Tete.

Introdução

A visita à província de Tete, teve lugar entre os dias 4 e 9 de Novembro de 2007. Participaram cinco representantes do PAPs, membros do grupo dos economistas, e especialistas em descentralização e quatro representantes do governo central (MPD, MAE e MF).

Os distritos visitados foram Marávia, Chiúta, Angónia e Moatize, onde foram encontrados quer o órgão do Governo quer o Conselho e Assembleia Municipal, e depois Município de Tete (Conselho e Assembleia) e o distrito de Songo.

Em adição realizou-se também encontros com os representantes das associações beneficiárias dos fundos OIIL, representantes da sociedade civil e do sector privado.

Infelizmente o governo provincial não acompanhou as visitas. Entretanto, destaca-se o apoio do coordenador do PPF, que facilitou a logística da missão.

1. Órgãos Locais Do Estado

1.1. Planificação

1.1.1. Processo de planificação

Conselhos Locais (orçamentação participativa): capacidades, selecção de projectos, tomada de decisões

Todos os distritos visitados em Tete (Marávia, Chiúta, Angónia, Moatize e Cahora Bassa) já têm a estrutura IPCC (Instituições de Participação e Consulta Comunitária) instalada e funcionando (na sua maioria instalada no ano 2006). As informações obtidas sobre o processo de orçamentação participativa nas visitas aos distritos foram positivas. Embora, a presença da sociedade civil e das mulheres nos conselhos locais ao nível distrital fosse fraca (por exemplo entre 3 a 5 mulheres por cada CCD de 50 membros nos distritos de Marávia e Chiúta).

A conversa com o pessoal representante de associações agropecuárias locais criou a impressão geral que estes distritos estão a proceder à identificação das necessidades das comunidades a partir da base levando as demandas para níveis elevados. Existem equipas técnicas provinciais que apoiam as comunidades na recolha de pedidos. No entanto, Angónia constatou-se que os arquivos dos projectos submetidos ao CCD estão incompletos.

A selecção e a priorização dos projectos financiados pelos OIIL em todos distritos visitados é feita ao nível dos CCDs (Conselhos Consultivos Distritais). A maior fraqueza dos CCDs é a falta de meios logísticos e financeiros para organizar os eventos de consulta participativa e receber as pessoas que vem de longe (transporte, alojamento, alimentação).

Além disso, no distrito de Angónia houve problemas em constituir o CCPA (Conselho Consultivo do Posto Administrativo) por causa de falta de fundos (transporte, per diems), e o programa do PPF Centro financiou somente a constituição do CCD.

O processo de selecção de projectos também tem em conta as componentes geográfica, demográfica, o nível de vida e a facilidade de desenvolvimento de actividades em cada zona.

Harmonização dos planos: PED Tete, PEDD, PESOD

Todos os distritos visitados têm um Plano Estratégico Distrital de Desenvolvimento (PEDD) elaborado, mas alguns ainda não foram aprovados ou disseminados. Cada ano, um plano operacional (PESOD) é elaborado em cada distrito conforme o seu PEDD. Mas estes planos anuais consistem por vezes somente numa explicação do orçamento anual e não são tão substanciais como os planos multi-anuais.

O plano distrital é elaborado de acordo com as políticas sectoriais do nível central e o mesmo plano é divulgado às comunidades pelos foruns locais.

Foi constatado pelo técnico do PPF (Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas) do Banco Mundial que a ligação entre os planos provinciais e distritais ainda é fracas.

1.1.2. OIIL – Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais: utilização/planificação 2006-2008, desafios

Em 2006 grande parte dos fundos OIIL foram utilizados para a reabilitação de infra-estruturas das administrações distritais (por exemplo em Moatize foram feitos investimentos em residências e outras obras distritais, escolas e hospitais). Mas, em todos os distritos visitados houve uma mudança na utilização dos fundos OIIL em 2007 depois da redefinição do regulamento das actividades que podem ser financiadas pelos 7 milhões MT. Em 2007 grande parte dos investimentos foram na produção agrícola. Nos distritos de Chiúta e Marávia por exemplo, foram financiados a construção de mercados distritais, tanques de piscicultura, compra de motobomba, tractores, gado, sementes e investimento e outras actividades de geração de rendimento. No distrito de Moatize foram apoiadas associações de camponeses. No distrito de Angónia foram finalizadas algumas infra-estruturas em 2007 e somente para 2008 os fundos

OIIL foram planificados para a venda de insumos agrícolas, sistemas de regadio e a promoção de cantinas rurais.

A manutenção do equipamento fornecido pelos fundos OIIL ainda não parece muito organizada e deveria ser gerida pelos governos locais.

Foram ainda identificadas várias obras de construção em curso destinadas a administração distrital e ao seu pessoal. A construção destas obras teve início no ano 2006 e foram concluídas com os fundos do ano 2007, pois foi recomendada a conclusão de todas as obras iniciadas em 2006. Mas somente o distrito de Cahora Bassa iniciou a compra de mobiliário novo para uma residência distrital no ano 2007.

Um grande desafio dentro da planificação dos fundos OIIL é a falta de uma planificação estratégica: O aumento da produção de milho em Marávia coloca a questão do desafio de comercialização. Os produtores esperam que o governo compre o milho armazenado mas não existe nenhum compromisso com as autoridades. A falta de meios de transportes dificulta o acesso dos produtos a outros distritos e o excedente de milho apodrece. No melhor caso, o milho é vendido aos Zambianos na zona da fronteira sem nenhuma garantia de um preço mínimo.

Os distritos estão a conceder crédito sem observar a qualquer regra de mercado, por exemplo, as taxas de juro a aplicar aos empréstimos é acordada ao nível do CCD e também se constatou uma falta de informação sobre a utilização das receitas provenientes dos projectos financiados pelos fundos OIIL. Por exemplo, o distrito de Angónia somente recolheu as receitas numa conta sem uma planificação da utilização das mesmas.

A presença garantida do pessoal técnico nos distritos é ameaçada pela não permanência do pessoal contratado devido às demissões frequentes dos técnicos quando recebem outras oportunidades. Isto compromete a boa realização das obras planificadas nos prazos definidos.

1.2. Execução e gestão do Orçamento

Procurement (Decreto n. 54/2005)

Uma equipa técnica responsável pela qualidade dos serviços está presente nos distritos mas estas entidades ainda dependem da província para a aprovação e recepção de desembolsos ligados às obras públicas. Além disso, somente poucos processos de aprovação (concursos públicos) foram feitos directamente pelos distritos (por exemplo somente um processo de um concurso publico para a aprovação de mobiliário nos anos 2006 e 2007 foi feito localmente pelo distrito de Angónia).

Constatou-se que o Decreto n. 54/2005 era conhecido pelos técnicos que nos foram apresentados. Mas, a implementação do mesmo tem sido muito fraca.

e-SISTAFE

A falta de electricidade nos distritos de Marávia e Chiúta não permite a instalação de computadores para implementar o e-SISTAFE. Os governos distritais trazem as folhas de salários e o numerário da Direcção das Finanças da cidade de Tete para os distritos onde são distribuídos aos funcionários.

Mas também nos outros distritos, não havia uma instalação de e-SISTAFE por falta de internet ou de formação. Constatou-se que alguns técnicos do distrito de Cahora Bassa já foram formados nesta área.

Controlo interno e externo

Verificou-se que todos os distritos têm recebido anualmente no mínimo uma visita de uma instituição de auditoria interna (IGF) ou externa (TA). Por exemplo, o distrito de Angónia foi visitado por uma equipa do TA e foi também pela IGF em 2007. Os distritos de Cahora Bassa Marávia e Chiúta receberam também a visita do TA em 2006 e da IGF em 2007.

Receitas (Recolha e Gestão)

As possibilidades de arrecadação de receitas próprias são muito limitadas a nível distrital. Em Marávia e Chiúta, as principais fontes de receitas provêm das taxas sobre as bancas dos mercados, as moageiras, as bicicletas e a utilização de energia eléctrica (em partes de Marávia). No distrito de Angónia, as principais fontes de receitas são a taxa das bancas, taxa de bicicletas e carros, taxas dos mercados e receitas provenientes de serviços distritais. No distrito de Cahora Bassa, as principais fontes de receitas provêm das taxas sobre as bancas dos mercados, dos serviços distritais e na área de florestas. Foi confirmado que algumas administrações distritais começaram a distribuir os 20% dos rendimentos dos recursos naturais (madeira) às comunidades locais. Mas constatou-se que os regulamentos dos bancos privados dificultam a abertura de contas bancárias pelas comunidades locais porque exigem um depósito de 10.000 Meticais.

Desde a criação dos arrecadadores a recolha de receitas e o potencial está a aumentar.

No que diz respeito às receitas consignadas, vários técnicos de distritos lamentaram sobre a redistribuição das receitas, que foi muito lenta (por exemplo no sector de saúde). Mas pelo contrário, a redistribuição das receitas administrativas (provenientes de licenças, títulos, etc.) às administrações distritais foi normalmente rápida.

Dificuldades na execução: processos, capacidades

Atrasos no desembolso dos fundos de iniciativa local por parte da Direcção das Finanças são ainda muito frequentes, devido principalmente, aos atrasos na prestação de contas pelos distritos. Os próprios membros do governo de alguns distritos mencionaram a falta de justificações das despesas como a maior razão dos atrasos da prestação de contas para o ano 2006. Estes atrasos foram parcialmente explicados por eles com a falta de um guião proveniente do nível central para a utilização dos fundos OIIL. Uma outra razão mencionada para estes atrasos foi a modificação dos objectivos dos fundos OIIL no início do ano 2007, e também a planificação para o ano 2007. Estes dois pontos mencionados (prestação de contas e planificação para o ano 2007) eram as pré-condição para receber fundos em 2007.

Por exemplo, o distrito de Chiúta só obteve acesso aos fundos de 2007 no dia 1 de Outubro. Mas no seu plano anual inicial tiveram de fazer o balanço de execução dos fundos para o dia 30 de Novembro. No distrito de Moatize, os fundos OIIL referentes ao ano de 2007 foram desembolsados no mês de Setembro do mesmo ano. O distrito de Cahora Bassa até ao início de Novembro ainda não tinha recebido fundos para os projectos planificados para o ano 2007, apenas foram pagas dívidas de 2006

2. Autarquias

Município de Tete

Habitantes: 140 000 - Extensão Territorial:284 km²

O Município é composto por três órgãos: o Presidente, o Conselho Municipal (CM) e a Assembleia Municipal (AM). A AM é composta por 31 membros dos quais 5 são mulheres. Em termos de bancadas, 23 membros da AM são da Frelimo e 8 da Renamo, dos quais 3 já abandonaram. A AM tem 5 sessões ordinárias e 2 extraordinárias por ano. As mais importantes acontecem em Dezembro para a aprovação do plano para o ano n+1, e em Janeiro para o balanço do ano n-1. O CM é composto por 8 vereadores, dos quais 2 estiveram com os seus respectivos chefes de departamentos no encontro com a equipa da missão conjunta. No CM cada vereador é responsável por um bairro e como estes são nove, um bairro é assistido pelo próprio Presidente do Município. A AM esta organizada em sete comissões, as quais fazem levantamento das preocupações das comunidades e posteriormente discutem-nas com o vereador correspondente ao nível do CM. A composição das comissões não respeita a proporção das bancadas na AM, portanto há uma distribuição de acordo com as capacidades dos membros. O Presidente do CM efectua duas visitas aos bairros periféricos por ano. Estas visitas são essencialmente para ouvir as preocupações das comunidades.

Município de Moatize

A AM do Município de Moatize é constituída por 13 representantes (10 da Frelimo e 3 da Renamo), dos quais 4 são mulheres.

Em pequenos Municípios o Administrador do Distrito é o representante do Estado. Em Moatize há uma boa relação entre a Administração Autárquica e a Distrital, por exemplo, o Presidente do Município é convidado residente das sessões do Governo Distrital. Em Tete, foi recentemente introduzida a figura de representante do Estado. Numa primeira fase, a população não percebeu a divisão de competências entre o Presidente do Município e o representante do Estado, mas tal confusão foi aclarada através do diálogo com a população.

2.1. Planificação

A planificação anual é feita com base no manifesto eleitoral de 5 anos e questões levantadas pela AM ao nível das comunidades. O CM apresenta o plano anual a AM 20 dias antes da sua apreciação em plenária da AM

No município de Tete, a principal fonte de receita é a taxa vinda dos mercados e com a introdução de um maior controlo, as receitas têm registado um crescimento considerável (por exemplo: num dos grandes mercados a receita diária passou de 1000 MT a 4000MT). As outras fontes relevantes são taxas e licenças. No ano 2007, as receitas do município de Tete foram 40 % do orçamento do município. Mas a capacidade da recolha de receitas e de controlo interno da recolha das mesmas é inferior nos pequenos municípios: O município de Moatize apenas planificou 2,6 Milhões de Meticais de receitas no ano 2007, contra despesas totais de 7,6 Milhões de Meticais. No município de Moatize, a principal fonte de receita provem da taxa das actividades económicas, das taxas dos mercados, taxas sobre o estacionamento de carros, da publicidade e do lixo. O controlo interno é feito com livros de recibos numerados mas a verificadora afirmou que a recolha das receitas diminuiu devido ao fraco controlo e também a fraca economia do município. A verificadora além do seu trabalho no município tem também um trabalho a tempo inteiro numa empresa privada. Constatou-se que também por esta razão o controlo interno do município continua fraco.

2.2. Gestão e Execução do orçamento

No Município de Tete o Orçamento de 2007 foi de 44,2 Milhões. MT, dos quais 15,0 Milhões. são transferências do nível central (FCA+FIIL).

Para 2008 o Orçamento é de 47,0 Milhões. MT, dos quais 14,0 Milhões. MT FCA, 7,0 Milhões MT FIIL, 5,0 Milhões. MT Fundo de Estradas e 3,3 Milhões MT promoção de Desporto.

No Município de Moatize o orçamento de 2007 foi de 7,6 Milhões. MT, dos quais 5,0 Milhões. MT são transferências do nível central. Constatou-se que o município inicialmente planificou despesas de investimento de 10,4 Milhões. MT, dos quais somente 3,2 Milhões. MT foram aprovados dentro do Orçamento do Estado 2007.

Procurement:

A UGEA do Município de Tete existe e duas pessoas beneficiaram de formação. Porém, ainda não está operacional e os técnicos precisam de mais formação, dado que a primeira foi muito genérica. Ao nível local têm feito contactos com a DPPF para a organização de mais formações.

A UGEA do município de Tete é composta pelo Vereador da Administração Financeira, Chefe do Economato, Chefe do Património e Chefe do Armazém.

Nos dois municípios visitados as compras até agora são feitas com base na solicitação de três facturas e escolha da mais barata e com qualidade. Mas no caso de infra-estruturas, um técnico do município de Moatize afirmou que normalmente no caso de concursos públicos não há respostas do sector privado (pequenos montantes dos concursos). Nestes casos o município contacta activamente algumas empresas para solicitar cotações e por vezes tem de negociar a redução dos preços.

Auditorias:

O Município de Tete recebeu em 2006 uma auditoria do TA cujo relatório lhes foi entregue e as principais recomendações incidiram sobre a gestão dos Recursos Humanos. Em 2007 tiveram auditoria da IGF que constatou irregularidades, tais como: falta de recibos de compras e aluguer de viatura a um preço muito elevado.

O Município de Moatize recebeu nos anos 2006 e 2007 visitas do TA

2.3. Dificuldades e potencialidades

No município de Tete, até hoje o CM trabalha com membros do pessoal que precisam de formação, com meios obsoletos para a recolha de lixo e poucos recursos financeiros. Entretanto, o executivo conseguiu com o apoio e pressão da AM dar prioridade a limpeza em todo o território municipal. Outra dificuldade está relacionada com a pressão demográfica devido ao êxodo rural e consequente uso desordenado do solo urbano. Por esta razão, o CM reforçou o seu cadastro e pôde mostrar a equipa conjunta um arquivo de cadastro impressionante.

O território municipal é muito extenso e abrange zonas rurais sem água nem electricidade. A carência de meios de transporte até as zonas rurais dificulta o acesso dos membros das comissões a essas áreas.

A maior potencialidade do Município é o diálogo frequente entre as comissões e o Executivo, o que permite que as preocupações dos munícipes cheguem sempre ao Executivo, independentemente das sessões estipuladas por Lei.

2.4. Descentralização

Foi interessante ouvir que o movimento da desconcentração das competências aos distritos ainda não teve impacto sobre a planificação do município de Moatize, porque o distrito de Moatize normalmente não interfere na área geográfica do município. No Município de Moatize, o presidente do município é também membro permanente “convidado” nas reuniões do governo distritais e dos conselhos consultivos distritais. Também ao nível dos técnicos houve interacções regulares entre o município e o distrito.

3. Sector Privado e Sector Financeiro

Na cidade de Tete existe um operador de micro-finanças mas não tem actividade nos distritos embora haja uma demanda de parte das comunidades rurais.

Nos distritos onde não há banco (devido principalmente à ausência de energia eléctrica), as pessoas guardam o dinheiro numerário nas suas casas devido a altas distâncias a falta de meio de transporte e de segurança que permitem que possam viajar até os bancos da cidade.

Por razão de falta de numerário no distrito de Marávia, o uso da troca (peixe/milho) e da moeda zambiana (kwachas) nas zonas próximas da fronteira são muito frequentes.

Relatório da Visita a Província de Zambézia.

Introdução

A visita á província de Zambézia, teve lugar entre 18 e 23 de Novembro de 2007.

A missão era composta por um grupo de onze pessoas, sete representantes dos PAPs e quatro representantes do Governo. O grupo foi completado com uma equipa de técnicos da DPPF da província da Zambézia.

Os grupos tiveram encontros com administração distrital dos 4 distritos da parte norte da província (Ile, Gurué, Mocuba e Alto Molócuè), conselho consultivo do distrito, com o governo municipal e assembleias do três municípios (Quelimane, Mocuba e Gurué) e Governo Provincial em Quelimane.

Em adição realizou-se também encontros com os representantes da sociedade civil e do sector privado local /beneficiários.

1. Órgãos Locais Do Estado

Informação geral

As infra-estruturas nos distritos visitados são no geral aceitáveis. Os telefones, bancos e a electricidade estão disponíveis em Gurué e Mocuba; em Alto Molócuè e Ile ainda não existem bancos. Na parte Sul da província da Zambézia é onde se registam fracos progressos. Segundo informações do Governo Provincial, este estaria associado a falta de infra-estruturas básicas e a limitado investimento público.

1.1. Planificação

1.1.1. Processo de planificação

Conselhos Locais (orçamentação participativa): capacidades, selecção de projectos, tomar decisões

Conforme a LOLE, existem Conselhos Consultivos (CC) em todos os distritos visitados que funcionam razoavelmente bem, como um instrumento de planificação participativa e acompanhamento.

Os CLs (fórum locais, conselhos a nível de posto administrativo e conselhos distritais) representam principalmente as estruturas tradicionais e o poder existente a nível local. Não

existe responsabilidade representativa formal. Estruturas modernas de grupos de interesse tem uma representação fraca, mas varia de distrito a distrito.

De acordo com a Lei, as comunidades são envolvidas na redacção dos documentos estratégicos dos distritos com um processo de levantamentos das necessidades e das prioridades de baixo (fórum locais) para acima (conselho consultivo distrital).

O processo parece ter sido acolhido com abertura e interesse, pelas comunidades, que começam a sentir-se parte do processo de decisão.

Como acima mencionado, o processo de selecção dos participantes é de alguma maneira pouco clara e é difícil assegurar a efectiva representatividade nos conselhos.

Assim, as capacidades dos conselhos de gerir assuntos de natureza complexa como a gestão orçamental do distrito, a fiscalização do trabalho do governo distrital, o controle sobre a despesa pública, o combate a corrupção, torna-se questionável. O administrador do distrito, querendo ou não, fica com grande capacidade de influência sobre o trabalho dos Conselhos Locais.

Apesar das lacunas acima referidas, a gestão dos recursos públicos melhorou devido as sugestões e á participação comunitária: tal gestão é percebida como sendo mais abrangente e mais transparente. O seu impacto até agora, em termos de redução da pobreza, parece limitado.

Harmonização dos planos: PED, PEDD, PESOD

Todos os distritos visitados já possuem um PEDD. Estes documentos foram preparados com base nas sugestões dos conselhos locais; alguns estão ainda por ser aprovados, mas parece que já são utilizados como guia pela administração.

De acordo com o que foi referido durante os encontros com as administrações dos distritos, o processo de levantamento das necessidades nas comunidades é harmonizado com os programas sectoriais a nível provincial e nacional, orientando, quando possível, os programas sectoriais de acordo as preferências das comunidades.

Foram mencionados casos em que os programas nacionais (educação, saúde) continuaram a tomar decisões a nível mais alto, mas que em houve a percepção de que o processo de planificação participativa, sobre tudo nos distritos mais avançados na gestão do programa PPF, passou do momento de arranque e começa a ser costumeiro.

1.1.2. OIIL – Orçamento de Investimento de Iniciativas Locais: utilização/planificação 2006-2008, desafios

As orientações para o uso de fundos de investimentos locais (OIIL/FIIL) foram alteradas desde a primeira introdução em 2006. Desde 2007 são orientados para produção de comida, geração de emprego e de rendimento; normalmente aplicados em forma de créditos.

Na maioria dos distritos os Conselhos Consultivos (CCs) acolheram de forma positiva o princípio dado ao Fundo de investimento de iniciativa local para investimentos produtivos e sentem que os recursos disponibilizados à população são satisfatórios.

Os fundos foram afectados a três grandes grupos de projectos: agro-pecuária, comércio e serviços. Estes fundos são afectos à pessoas que já tem um negócio a funcionar e não aos mais pobres entre os pobres; este tipo de escolha pode fazer sentido se for considerada a natureza “produtiva” destes fundos.

No que concerne a gestão dos OIIL via crédito a orientação não explica quais deveriam ser os procedimentos do seu manejo. Este vazio levou a soluções diferentes nos diferentes distritos; A falta de regras claras e uniformes para todo o País, junto com a decisão de utilizar estes fundos para fornecer crédito, de entregá-los à gestão aos órgãos da administração pública (os distritos em este caso) leva, ao nosso entender, à vários problemas

- os distritos estão desenvolvendo os procedimentos técnicos relativos a gestão do credito, nomeadamente: taxa de juros, taxa de demora, prazos, procedimento em caso de falha de reembolso, extensão do credito, contractos, etc.; esta falta de uniformidade no tratamento leva a desigualdade de condições pelos beneficiários destes fundos no País;
- parece evidente que, devido às característica intrínsecas desses CL's e em particular da maneira como os membros dos CLs são escolhido para representantes, é difícil pelos conselhos locais ser selectivos e decidir sobre a viabilidade, sustentabilidade e produtividade dos projectos apresentados. (ex. em Alto Molocué foram apresentados 294, dos quais 290 foram aprovados).
- há assuntos técnicos na gestão do crédito, que se assemelham mais a um negocio que a um serviço publico (ex. pontualidade no fornecimento dos fundos); que pode ser, portanto, alheio as capacidades e as competências do CL.
- os projectos escolhidos precisam de acompanhamento técnico e os distritos nao tem suficiente capacidade tecnica para este acompanhamento.

- os distritos têm uma conta bancária para aquisição quer dos pagamentos quer dos juros; a gestão destas receitas não é uniforme e provavelmente sub-ótima (uns reutilizam, ou querem reutilizar, como crédito rotativo, outros esperam orientações).

Considerado o acima mencionado, a gestão destes fundos, pode absorver muitas das energias das administrações distritais. A falta de directivas claras deixa um perigoso vazio na gestão desta parte de recursos financeiros que, considerada a fraca preparação no assunto, do CLs, pode levar a más praticas.

Uma análise aproximativa, baseada mais em impressões do que em factos reais, nos faz suspeitar que muitos destes créditos não serão reembolsados.

De acordo com estas impressões, parece que estes fundos são mais subsídios que empréstimos. Além deste, não se percebe como a concessão destes créditos é harmonizada com a gestão dos diferentes fundos de fomentos, e porque se pensou na n-sima iniciativa de crédito, com regras não claras, ao invés de aumentar a efectividade e a coordenação das iniciativas já existentes.

Se o objectivo é dar subsídios é melhor designa-los mesmo assim, e desenhar um plano de crédito gerido por instituições cuja missão è essa de concessão de créditos, evitando possíveis conflitos de interesse dos membros dos conselhos o suspeitas de afectação partidária.

Seria interessante ver qual será o parecer do Tribunal Administrativo sobre a gestão destes fundos, considerado a falta de regras na gestão.

1.2. Execução e gestão do Orçamento

A execução orçamental em geral parece estar a melhorar. Poucos sectores (com excepção da agricultura) reclamam sobre a falta de fundos ou distribuição desigual dos fundos que foram comuns nos anos anteriores.

Procurement (decreto 54/2005)

A implementação do regulamento de procurement ainda é fraca a nível de distrito apesar dos requisitos estarem prontos. Todos distritos têm uma UGEA apesar de admitirem que estão ainda num processo muito preliminar de implementação. O órgão que mais se encontra envolvido na procura de bens e serviços é a DD das Obras Pública que entretanto depende, do procurement na DP das Obras Públicas.

A formação foi fornecida, mas todos os distritos manifestam a necessidade de ulterior treinamento.

e-SISTAFE

O SISTAFE ainda não chegou nos distritos, mas as administrações distritais tem acesso a nível provincial. Há distritos pioneiros no roll-out do e-SISTAFE, onde a formação já começou.

- Dificuldades na execução: processos, capacidades, prestação de contas por exemplo é o grande problema do Distrito de Alto Molócuè, pois só tem uma contabilista e quando esta se ausenta para a capital provincial para remeter os processos de contas o trabalho no distrito fica paralisado.
- O nível de arrecadação de receitas é muito baixo e não há um trabalho por parte da Administração para cumprir com as metas já aprovadas. Sente-se a necessidade urgente de capacitar de forma contínua os funcionários de forma a torná-los pro-ativos.
- Auditoria interna e externa.

Auditorias foram levadas a cabo nos distritos. As administrações distritais e autárquicas parecem estar cientes dos principais problemas enfrentados mas a informação dos resultados da auditoria e o acompanhamento dos planos de acção é fraco.

2. Autarquias

Informação geral

Tivemos encontro com os Conselhos e Assembleias Municipais, onde se destacou o encontro em Quelimame, por este ter sido aberto e franco, onde estiveram presentes os representantes das duas bancadas da Frelimo e Renamo.

2.1. Planificação

Nas três assembleias visitadas na Zambézia, a Frelimo tem a maioria. Contudo há uma grande representação da Renamo. As sessões da Assembleia Municipal são abertas e a comunicação da data e agenda é feita pela rádio. As pessoas interessadas podem participar bastando registrar-se dentro de 24 horas antes da reunião. Apesar destes arranjos, há a impressão de que a sociedade civil participa de forma limitada aos encontros da Assembleia, confirmando a necessidade de capacitar a sociedade civil.

Durante os encontros foi evidente que a capacidade de orçamentação é assunto delicado e de difícil maneiio: houve casos em que o orçamento aprovado fica muito acima dos reais valores disponíveis na municipalidade.

2.2. Gestão e Execução do orçamento

As municipalidades têm um número limitado de fontes de receitas. Dentro das próprias receitas, a taxa de mercados são as mais importantes. Por outro lado há fundos externos que são significativos e que são incluídos no orçamento. O fundo de compensação do ano geralmente vem muito tarde, porque depende da submissão e aprovação pela contabilidade do TA do ano anterior. Talvez deveria se considerar deixar de usar esta pré-condição, para permitir o desembolso mais cedo. Isto significa que no início do ano os salários são geralmente pagos através das próprias receitas.

2.3. Dificuldades e potencialidades

O governo municipal tem constrangimentos na mobilização de recursos e fraca administração financeira em geral.

Particularmente em Gurué registrou-se, segundo a administração local, constrangimentos de ordem financeira resultantes da sub estimação do número de habitantes, (uns dos determinantes do montante transferidos às Municipalidades, no âmbito do Fundo de Compensação Autárquica).

3. Sector Privado e Sector Financeiro

A reorientação dos OIIL para projectos de produção de rendimento e de comida, foi recebido com interesse por parte das comunidades.

Este dinheiro, a vezes considerado como sendo de propriedade das comunidades para ser distribuído, foi utilizado, nas maiorias dos casos como crédito (ou subsídio) para as actividades económicas, sobre tudo em actividades nos sectores agrícolas e comerciais.

Durante as visitas constatou-se que existe uma grande procura de crédito que exerce pressão sobre a oferta que é quase inexistente. Muitos dos distritos visitados não têm bancos ou instituições microfinanceiras.

Se por um lado os OIIL foram concebido para aumentar a oferta de crédito nos distritos, os órgãos que lideram a estratégia financeira e microfinanceira no País, assim como os que regulamentam o sector deveriam monitorar o impacto que concessão a crédito destes fundos pode ter sobre o desempenho do sector. As administrações entraram no mercado do crédito com a oferta de um “produto” financeiro a custo quase simbólico. Este pode inibir o desempenho de ofertas comerciais quer de bancos tradicionais, quer de instituições micro financeiras.

Conclusões, desafios e recomendações.

Importa recordar que, conforme referido anteriormente, o presente relatório apresenta limitações relacionada com a representatividade da amostra; de facto, a amostra de pessoas encontradas e entrevistadas foi seleccionada quer pelos governos locais, quer pela “sociedade civil”, sem contudo garantir a sua representatividade.

Os pontos chaves seguintes foram identificados pelos participantes nas visitas (doadores e governo):

Em relação aos distritos

Planificação

- (i) Todos os distritos visitados quer em Tete quer na Zambézia, já têm a estrutura IPCC (Instituições de Participação e Consulta Comunitária) instalada e funcionando. Em alguns distritos a representação das mulheres e da sociedade civil não está de acordo com a lei (LOLE).
- (ii) Todos os distritos visitados já têm os seus planos PEDDS preparados (alguns ainda por aprovar).
- (iii) A planificação anual dos orçamentos distritais é feita pelos governos distritais (administração distrital em conjunto com os sectores). A planificação sectorial é frequentemente feita em conjunto com as direcções provinciais por falta de capacidade ou competência dos distritos. A planificação da utilização dos fundos OIIL é sempre feita dentro do contexto da estrutura IPCC.
- (iv) Com relação a "planificação participativa", notou-se que os conselhos consultivos distritais estão presentes em todos os distritos. O processo de tomada de decisão é mais transparente e inclusiva e a gestão dos fundos disponíveis está no bom caminho. A abordagem participativa está sendo bem vista pela população local, mas implica uma mudança importante na sua cultura dado que estão habituados a respeitar as decisões tomadas pelo seu superior e não tomarem decisões por eles próprios. Sugere-se uma reflexão sobre se as figuras tradicionais de representação (régulos, curandeiros, líderes das congregações religiosas etc.) devem ser gradualmente substituídos por associações mais modernas que são mais representativos da sociedade.
- (v) Seria bom ter mais envolvimento da sociedade civil nos CL's onde as ONGs têm capacidade e desejo de serem engajadas de uma maneira mais activa. As organizações da sociedade civil deviam receber mais informação sobre como o C.C.D está composto

- e deve trabalhar. Por exemplo, materiais tais como "Participação e Consulta Comunitária na planificação distrital – Guião para organização e funcionamento", Pacote Autárquico e LOLE deviam ser partilhados com a sociedade civil.
- (vi) Em geral, foi notado um bom nível de relação entre as administrações distritais e as autarquias. Todavia, a divisão das tarefas ainda não é clara. Também há necessidade de melhorar a coordenação e o fluxo de informação entre as Administrações e a própria Sociedade Civil.
 - (vii) Há necessidade de se pensar na capacitação dos intervenientes do processo de planificação Participativa (CL's e ETD) em matéria de elaboração e Gestão de Projectos Comunitários.

Execução e gestão do Orçamento

- (i) A falta de infra-estrutura adequada é um obstáculo para a execução do orçamento porque muitos distritos não têm bancos, electricidade ou acesso á Internet (necessária para utilização do e-SISTAFE).
- (ii) O mau funcionamento do fluxo da informação cria sérios problemas porque os regulamentos ou seja as novas leis não chegam a todas as pessoas que devem implementá-las a nível dos distritos.
- (iii) Em alguns distritos os planos orçamentais são muito diferentes da execução real do orçamento. As razões são nomeadamente a falta de informação sobre os orçamentos aprovados e os limites do orçamento e também as mudanças nas mensagens políticas (sobre a utilização dos fundos OIIL).
- (iv) Todos os distritos visitados em Tete lamentaram a falta de informação para a utilização dos fundos OIIL no ano 2006. Esta situação criou confusão nos distritos e depois da mudança das mensagens políticas sobre a utilização dos mesmos, houve necessidade de alterar todos os planos para o ano 2007. Além disso criou atrasos nos desembolsos dos fundos para o ano 2007 uma vez que em muitos distritos não havia justificações suficientes para os fundos utilizados no ano 2006.
- (v) O sistema de recolha e registo de receitas melhorou em alguns distritos nos últimos anos (mais controlo interno, sistema de três copias, mais informação sobre a recolha e a utilização requerida a nível provincial e nacional). Embora disso, o nível da colecta de receita em alguns distritos (caso de Zambézia) e a nível de autarquias, ainda continua muito reduzida (algumas vezes somente 10% do que foi planeado).

-
- (vi) O ano 2007 foi marcado por desembolsos baixos na maioria dos distritos visitados em Tete. Foram mencionadas as seguintes razões: Mudança das mensagens políticas sobre a utilização dos fundos OIL, mudança de algum pessoal nos distritos, falta de justificações para as despesas do ano 2006.
 - (vii) Em Tete, relevaram-se problemas na distribuição de 20 % das receitas provenientes da exploração dos recursos naturais para as comunidades locais: A lei exige somente 200 MT para a abertura de uma conta bancária para uma comunidade local (esta é a condição para a transferência dos fundos), contra os 10.000 MT exigidos pelos bancos privados.
 - (viii) Comparado com 2006, quando os fundos de investimento O.I.L.L. foram utilizados principalmente para a construção/reabilitação dos edifícios das administrações públicas e/ou mercados, os recursos financeiros de 2007 foram afectados para actividades de geração de rendimento. Esta mudança é bem percebida pela comunidade local.
 - (ix) O.I.L.L. estão a ser fornecidos como empréstimos através de subvenções. Há uma necessidade urgente de pensar nas consequências de ter o governo a substituir ou a competir com instituições financeiras locais. É importante reflectir sobre os riscos de ter o governo a actuar como um banco de desenvolvimento.
 - (x) Parece claro que haverá um reembolso baixo dos micro-empréstimos concedidos aos distritos. Apesar deste facto, há um risco da falta do reembolso do crédito não ser visto como um problema.
 - (xi) Não há orientações claras sobre quem é elegível ao crédito e como utilizar esses recursos de O.I.L.L. Diferentes distritos estão a aplicar diferentes taxas de juros, taxa de demora, empréstimos colectivos versus empréstimo individual etc.
 - (xii) A gestão dos fundos é deixada ao critério do administrador e do CCD. Por esta razão, acredita-se que algumas actividades de capacitação e monitoria regular do trabalho realizado sobre tudo pela administração distrital (administrador e CCD) são essenciais.
 - (xiii) Com relação ao papel do e-SISTAFE, é demasiado cedo tirar conclusões. Contudo, nota-se que o pessoal das administrações distritais já recebeu treinamento.
 - (xiv) Em relação a implementação do decreto 54/2005 (aprovisionamento) existe uma falta de formação a nível dos técnicos e um controlo da implementação deste decreto.
 - (xv) Todos os distritos em Tete receberam uma visita quer do IGF quer do TA nos anos 2006 e 2007 no contexto da auditoria externa ou interna. Na Zambézia a cobertura é um bocado menos completa. Em termos de seguimento das auditorias, há impressão de que

as suas constatações não estão amplamente espalhadas. Uma melhor coordenação entre as duas instituições poderia permitir maior cobertura das auditorias e melhor seguimento das recomendações.

Em relação aos municípios

Os Municípios são regidos por uma legislação própria, daí não haver lugar a elegibilidade do Orçamento de investimento de iniciativa local como acontece com os distritos. As Autarquias têm os seus fundos previstos na lei 11/97 de 31 de Maio que o Governo transfere (Fundo de compensação Autárquica e Fundo de investimento de iniciativa local).

- (i) Os planos anuais dos municípios estão de acordo com os Manifestos eleitorais.
- (ii) Os municípios em Tete consideram que a cooperação entre os municípios e os distritos e o governo provincial é bom.
- (iii) Os pequenos municípios dependem mais das transferências do Ministério das Finanças do que os grandes municípios devido o feito de ter menos capacidade de recolha de receitas (menos capacidades técnicas, menos pessoas a pagar impostos).
- (iv) O sistema de recolha de receitas tem também melhorado nos municípios nos últimos anos (mais controlo interno, mais formação, etc.).
- (v) Os municípios não utilizam ainda o e-SISTAFE, mas um sistema de contabilidade manual.
- (vi) A formação organizada pelo MAE nos últimos anos tem sido muito positiva para os municípios.

Recomendações

As seguintes recomendações foram identificadas pelos participantes nas visitas (doadores e governo):

- (i) É oportuno distribuir o guião detalhado para a utilização dos fundos para as infra-estruturas dos distritos (planificado para 2008), com oportuna antecipação, de forma a permitir a planificação com conhecimento dos critérios. A distribuição do guião deve ser enviado pelo menos antes dos desembolsos dos fundos.

-
- (ii) A composição dos CCD deve estar de acordo com os critérios da lei (LOLE) e o regulamento de funcionamento dos CCL na medida do possível.
 - (iii) É necessário rever o processo de distribuição de receitas provenientes da exploração de recursos naturais (em este caso de recursos florestais) às comunidades locais.
 - (iv) Necessidade de Capacitação, tanto para as comunidades (associações que beneficiam do fundo OILL) assim como para a Equipa Técnica Distrital (ETD). Para o primeiro caso a capacitação deve incluir matérias de gestão de projectos e para o segundo caso a capacitação deveria ser, em elaboração de projectos comunitários.
 - (v) É importante assistir os administradores distritais no seu funcionamento.
 - (vi) A definição de critérios chave sobre o uso dos O.I.I.L. e a elaboração dos regulamentos internos para cada distrito ajudariam neste sentido. Cada pessoa nos distritos, incluindo as que moram nas autarquias, deveria ser elegível ao crédito. A concessão do empréstimo deveria basear-se na apresentação de um plano de negócio e não na base de contactos pessoais.
 - (vii) Há necessidade de se estudar as implicações da concessão destes empréstimos e fazer mais ligações como as instituições bancárias, incluindo instituições de micro finanças.
 - (viii) Mais treinamento em termos de orçamento e contabilidade seria altamente recomendando. Há necessidade de melhorar o sistema de contabilidade usado actualmente pelas Administrações e autarquias, isto é, a contabilidade ainda é feita manualmente, não existe ainda um programa/software de contabilidade instalado.

Anexos

Lista dos participantes as visitas

Lista das pessoas encontradas

Termo de Referencia do Plano de Visitas Conjuntas Governo-PAPs às províncias de Tete e Zambézia no âmbito da Revisão Conjunta 2008

Lista dos participantes as visitas*Tete*

Nome	Instituição	Sub grupo
Roberto Salemão	MPD – DNP	A
Romão Mutisse	MAE	A
Paula Corda	MPD – DNP	B
Titos Muiambo	MF – DNO	B
Roswitha Kremser	Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento	A
Diepah Elmer	Banco Mundial	A
Lúcia Nhampossa	Cooperação Italiana	A
Charlotte Taylor	Cooperação Técnica Belga	B
Damiano Stella	Cooperação Italiana	B

Zambézia

Nome	Instituição	Sub grupo
Roberto Salemão	MPD – DNP	A
Ricardo Manuel	MAE-DNAL	A
Paula Corda	MPD – DNP	B
Carlos Sitao	MF – DNO	B
Debora Marignani	Comissão Europeia	A
Jane Rintoul	DFID	A

Wim Ulens	Cooperação Técnica. Belga	A
Torun Reite	Embaixada da Noruega	B
Karin Metell	Embaixada da Suécia	B
Damiano Stella	Cooperação Italiana	A

Equipa da província da Zambézia

Nome	Instituição	Sub grupo
Graciano Francisco	DPPFZ (Director Provincial Adjunto)	
José Cunha	DPPFZ (Director Provincial Adjunto)	
Joaquina	DPPFZ (Directora Provincial)	
Jaime Luis	DPPFZ	B
Francisco Uaquico	DPPFZ	A

Lista das pessoas encontradas***Grupo A – Encontro com Governo e CCD em Angónia, 5-11-2007***

Nome	Instituição
Xarifo Indur	SDAE
Gelito Gimo	GD Angónia
Paulo Carvalho	SDPI
Chivavisse Muchangagi	Administrador
Paulo Carvalho	SDPI
Baltazar Candrinho	SESRAS
Adelino Mafunga	Secretário Permanente
Jose C.	Conservador
Cordania Colar	SD.ED.TEC
Antonio Faluara	CDC. Da NRM
Xarifo Indur	SDAE
Chivaice Muchangaze	Governo do Distrito

Grupo B – Encontro com en Fingoé – Marávia, 5-11-2007

Nome	Instituição
Antonio Mueio Nhalungo	Administrador
Joao Estefanio	Secretario Permanente
Regina Gola	SDAE

Mário Jore Catengo	Ass. Tirotonse Mbwedzi
Azeite Ciprian	Ass. Kulima Mucenga

Grupo A – Encontro com o Administrador de Moatize, 6/11/2007

Nome	Instituição
Adelino Silveira	Governo Distrital

Grupo A – Encontro com o Município de Moatize, 6/11/2007

Nome	Instituição
Domingos Tique	Conselho M.V. Moatize
Inese Gonzaga	Conselho M.V. Moatize
Celso Bernardino	CMV. Moatize
Lucilia	A. Municipal
Adolfo Castigo	A. Municipal
Maria Sinzala	C. Municipal Moatize

Grupo B – Encontro com a Administração de Chiúte, 6/11/2007

Nome	Instituição
Ema Duarte	Administradora
Ferrao Amade	ETA
Jorge Pedro	SDESJT
Fabiao Guissimone	Comerciante
Manuel Chinambe	Regulo

Justina Cunlute	DDS
Margarida Victor	DDMAS
Joao Meque	SDPI

Grupo A e B – Encontro com o Conselho Municipal de Tete, 7/11/2007

Nome	Instituição
César De Carvalho	Presidente do Município
Horácio Lourenço	Técnico
António Cebola	Técnico
Luzete Miranda	Técnico
Abel Chongo	Presidente da Assembleia Municipal
Ema Reino	DAF

Grupo A e B – Encontro com a Administração de Songo, 8/11/2007

Nome	Instituição
Albertina Sinate	Agricultura
Júlio Chakhala	CDP Frelimo
Duarte Joaquim	HCB
Domingos Benjamim	SD Saúde M.Ac.Social
Susana Jamusse	INSS
Eulália Escova	CRN
Aureliano Mulaicho	SDEJTC

Antonio Diquee	Secretario
Fernando Saize	Chefe da Localidade
Rui Bomba	Líder Comunitário
Antonio Pita	T.administrativo
Esmeralda Andre	Chefe Secretaria Governo

Grupo A e B – Encontro com a Associação Kuza, 8/11/2007

Nome	Instituição
Manuel Lucas Salvador	ISCOS – Kuza

Grupo A – Encontro com o Governo e o CCD em Alto Moloque, 19-11-2007

Nome	Instituição
Joaquim Pahane	Administrador Distrital
Adelino Sabonete	Director SDSMAS
Constatino Lopes	SDEJT/AM
Francisco Pigota	DD. SISE
Arlindo Paulo	SDPI
Jose Wazone	SDAE
Gilberto Bauque	SDAE
Felizardo Casimiro	ETD
Nelson Gomes	PRM
Tito Celestino	SDAE - Director

Raima Roberto	GDAM
Francelino Moreira	RCDM
Fernando Brae	GDAM
José Wazine	SDAE
Gilberto A. Morgado	Influente
Daniel Alberto Gurué	Influente
Pedro antónio Namarroi	CCD

Grupo A – Encontro com a Assembleia Municipal, 20-11-2007

Nome	Instituição
Jose Carlos	Ass. Municipal
Ana Maria	Ass. Municipal

Grupo A – Encontro com o Governo e o CCD em Mocuba, 21-11-2007

Nome	Instituição
Herminio Marqueza	Membro CLD
Teresa Sulemane	Membro CLD
Alberto Ribeiro	Presidente FLMO-Sede
Fernanda Goveia	ETD
Bernardo Antonio	Admiração
Arsenio Paulo	Equipa Técnica

Grupo A – Encontro com o Conselho Municipal de Quelimane, 22-11-2007

Nome	Instituição
Benjamim Angmadina	CMCQ
Maria Cardoso	CMCQ
Antonio Redondo	CMCQ
Antonio Maulano	CMCQ
Joao Vontade	CMCQ
Sabado Chombe	CMCQ
Mazuze Culpa	CMCQ
Arlindo Rajab	CMCQ/EMUSA

Grupo A – Encontro com a Assembleia Municipal de Quelimane, 22-11-2007

Nome	Instituição
Jose Lobo	Ass. Municipal
Armando Changula	Ass. Municipal
Candida Magalhaes	Ass. Municipal

Grupo A – Encontro com o Secretario Permanente – DPPF, 23-11-2007

Nome	Instituição
Albertina Tivane	Secretaria Permanente

***Termo de Referencia do Plano de Visitas Conjuntas Governo – PAPs
às províncias de Tete e Zambézia no âmbito da Revisão Conjunta 2008***